

Requerimento administrativo para fornecimento de PPP e averbação de tempo especial de serviço com o devido acréscimo legal

_____ (nome do/a
requerente), matrícula SIAPE _____, ocupante do cargo de
_____, inscrito/a no CPF sob o nº
_____, portador/a do RG nº _____, situação funcional
(ativo, aposentado ou pensionista) _____, endereço
completo: _____,
bairro: _____, CEP: _____, cidade:
_____, telefone residencial: (____) _____, telefone celular:
(____) _____, endereço de e-mail:
_____, vem
respeitosamente perante Vossa Senhoria, para expor e ao final requerer o que segue.

Como é de conhecimento de todos, ao apreciar o Tema nº 942 (referente ao Recurso Extraordinário nº 1.014.286), com Repercussão Geral reconhecida, o Egrégio SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL exarou a seguinte tese, que deve ser observada por todos os tribunais pátrios e pela Administração Pública:

Até a edição da Emenda Constitucional nº 103/2019, o direito à conversão, em tempo comum, do prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público decorre da previsão de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a jubilação daquele enquadrado na hipótese prevista no então vigente inciso III do § 4º do art. 40 da Constituição da República, **devendo ser aplicadas as normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991** para viabilizar sua concretização enquanto não sobrevier lei complementar disciplinadora da matéria. Após a vigência da EC n.º 103/2019, o direito à conversão em tempo comum, do prestado sob condições especiais pelos servidores obedecerá à legislação complementar dos entes federados, nos termos da competência conferida pelo art. 40, § 4º-C, da Constituição da República. (Destacou-se)

Ocorre que o(a) ora Requerente atuou em atividade sujeita à ação de agentes nocivos à saúde e/ou à integridade física em períodos contínuos ou intercalados, desde o advento da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, de modo que possui o direito de ter estes períodos de exposição contados com o devido acréscimo legal (de 40%, para homens, e

de 20%, para mulheres), com vistas à contagem de tempo de serviço/contribuição exigidos para a aposentadoria voluntária e para o pagamento de abono de permanência.

DIANTE DO EXPOSTO, requer-se:

a) digne-se Vossa Senhoria de providenciar a emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) do(a) ora Requerente, relativo aos períodos em que atuou sujeito(a) à ação de agentes nocivos à saúde e/ou à integridade física, a contar de 11/12/1990, bem assim de fornecer fotocópia do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) atualizado, ou similar conforme a legislação vigente, a partir do qual foram extraídas as informações constantes do PPP;

b) De posse do PPP mencionado acima, digne-se Vossa Senhoria de proceder à averbação dos respectivos períodos em que o(a) Requerente atuou sujeito(a) à ação de agentes nocivos à saúde e/ou à integridade física, a partir de 11/12/1990, com o devido acréscimo legal, para fins de aposentadoria e pagamento de abono de permanência;

c) na hipótese do(a) ora Requerente já se encontrar na condição de aposentado(a) e a conversão acima mencionada signifique em obtenção de benefício previdenciário mais favorável, requer seja revisto o respectivo ato de aposentadoria, para que dele passe a constar o acréscimo de tempo de serviço/contribuição decorrente dos direitos de que tratam as letras “a” e “b” anteriores, com reflexos no pagamento dos proventos correspondentes, o pagamento de parcelas vencidas nos últimos 5 (cinco) anos, e o pagamento de parcelas do abono de permanência ainda não pagas.

Na remota hipótese de não serem providos os requerimentos constantes das letras “a” e “b” anteriores, requer se digne Vossa Senhoria de fornecer ao(à) Requerente fotocópia de todos os laudos de insalubridade ou periculosidade a partir dos quais a Administração lhe pagou, a partir de dezembro de 1990, o adicional correspondente, fornecendo, também fotocópia da ficha financeira relativa ao período de dezembro de 1990 até hoje, ou até a data da aposentadoria, caso o(a) Requerente já haja logrado a aposentação. No caso do(a) servidor(a) ser aposentado(a), requer seja fornecida também fotocópia integral do processo de aposentadoria.

Solicita-se seja proferida resposta ou certidão explicativa referente ao requerimento administrativo ora formulado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme previsto no artigo 49 da Lei 9.784/99, prazo este contado a partir do protocolo do presente.

Requer sejam os documentos ora requeridos enviados ao endereço eletrônico do/a Requerente. Autoriza-se, desde já, a comunicação pela via digital, conforme previsão do artigo 11, parágrafo 5º da Lei 12527/2011, sendo esta a forma de retorno preferencial escolhida.

Caso haja indeferimento do pedido ora formulado, requer sejam expostos os motivos para a negativa, haja vista a necessidade do/a Interessado/a ter ciência do posicionamento desse ilustre órgão federal em face do que ora solicitado, para fins de direito.

Espera deferimento.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2021.

(assinatura do(a) servidor(a) Requerente – idêntica ao doc. de identificação)

DOCUMENTO EM ANEXO:

- FOTOCÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE DO/A SERVIDOR/A